



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PRÁTICAS EDUCACIONAIS E CURRÍCULO
CURSO DE PEDAGOGIA

RAVENNA MARIA DE MELO SOUZA
ravenna_melo@hotmail.com

POR QUE MINHA COR ESTÁ LIGADA A ALGO TÃO NEGATIVO?": UMA
DISCUSSÃO SILENCIOSA
SOBRE O RACISMO NA ESCOLA.

NATAL/ RN – 2016.2

RAVENNA MARIA DE MELO SOUZA

ravenna_melo@hotmail.com

**POR QUE MINHA COR ESTÁ LIGADA A ALGO TÃO NEGATIVO?": UMA
DISCUSSÃO SILENCIOSA
SOBRE O RACISMO NA ESCOLA.**

Artigo científico, apresentado junto ao Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte como requisito para obtenção do título de licenciada em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre da Silva Aguiar.

NATAL/ RN – 2016.2

RAVENNA MARIA DE MELO SOUZA

ravenna_melo@hotmail.com

**POR QUE MINHA COR ESTÁ LIGADA A ALGO TÃO NEGATIVO?": UMA
DISCUSSÃO SILENCIOSA
SOBRE O RACISMO NA ESCOLA.**

Artigo reflexivo sobre o Racismo na escola: Uma discussão silenciosa, apresentado ao Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte como requisito para obtenção do título de licenciada em Pedagogia. Aprovada em 2014.2.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Alexandre da Silva Aguiar

1º MEMBRO

2º MEMBRO

NATAL/ RN – 2016.2

SUMÁRIO

RESUMO	5
1. INTRODUÇÃO.....	6
2. O NEGRO NA CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO BRASILEIRO.....	7
3. O QUE É RACISMO E PRECONCEITO?.....	8
4. OS NEGROS E AS LEIS NO BRASIL	11
5. RACISMO NO AMBIENTE ESCOLAR	15
5.1. O MATERIAL DIDÁTICO	17
6. A COR DA CULTURA	20
7. RESULTADOS	21
8. MEDIDA PROVISÓRIA Nº 746 DE 22 DE SETEMBRO DE 2016... Erro! Indicador não definido.	
9. O RACISMO E O SEU EFEITO NA SOCIEDADE.....	22
10. CONCLUSÃO	24
11. REFERÊNCIAS.....	25

RESUMO

O artigo trata da questão do racismo no ambiente escolar, propondo algumas reflexões sobre como o tema é abordado em sala de aula, quais intervenções estão sendo feitas, e quais as consequências e efeitos do preconceito racial na vida de uma criança. No artigo, vou apresentar as principais leis brasileiras que abordam a questão racial e amparam a população negra, bem como a aplicação das mesmas no ambiente escolar. Além das leis, foi realizada uma análise do material do Programa A Cor da Cultura, que veio para valorizar, fortalecer e reconhecer a cultura afro brasileira como patrimônio do povo e parte da identidade nacional, bem como subsidiar os professores na aplicação da Lei 10.639 que torna obrigatório o ensino de história e cultura africana e afrobrasileira nas escolas. Os resultados obtidos por essa revisão bibliográfica bem como o depoimento de um músico, que realiza mensalmente atividades musicais com alunos do Ensino Fundamental I de uma escola localizada na Zona Oeste da cidade do Nata/RN, demonstra que o racismo é algo presente na sociedade brasileira e principalmente no ambiente escolar, e uma análise sobre a medida provisória nº 746 de 22 de setembro de 2016. Ao final, o artigo conclui que deve-se combater todo e qualquer forma de preconceito dentro e fora do ambiente escolar de modo a contribuir para a construção de uma sociedade mais igualitária, contando para isso com o respaldo das leis e dos programas educativos, bem como a valorização e preservação do patrimônio cultural afro-brasileiro.

Palavras-Chaves: – Relações Etnico-Raciais e Escola, Racismo – Preconceito.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo pretende fazer uma reflexão sobre o tema Racismo na Escola, e como a temática ainda está bastante presente nos discursos de muitas pessoas que negam ser racistas. O preconceito racial pode ser devastador no que se refere ao respeito, ao fator psicológico, político, o cultural, o econômico e a violência. Para isso, o artigo traz o relato de uma pessoa que sofreu preconceito racial na escola e como essa experiência marcou negativamente a vida desse jovem. Quais leis hoje amparam as pessoas que sofrem com o racismo, e quais aquelas que contribuem para sua superação, segundo orientação da nossa constituição? O artigo traz um pouco do que rege o Estatuto da Criança e adolescente, a Lei 10.639 de 2003, e o Programa Educativo *A cor da cultura*, um projeto educativo que visa valorizar da cultura afro-brasileira, e é fruto de parcerias com empresas e a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

O artigo está dividido em três partes. Na primeira, apresentarei dados obtidos nas mais diversas fontes tais como: artigos científicos, pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e depoimento de uma pessoa que sofreu com o preconceito no ambiente escolar, além de um breve antecedente histórico mostrando o quanto o preconceito racial está presente na cultura brasileira se apresentado de forma clara ou velada. A segunda parte do artigo irá apresentar as leis brasileiras que colocam a temática como ideia central e as possíveis implicações e impactos dessas leis no dia a dia do ambiente escolar.

Por fim, uma reflexão de como o professor pode atuar frente a uma situação de preconceito racial em sala de aula, como intervir de forma a acrescentar valores aos alunos que estão sofrendo com esse tipo de preconceito ou que estão praticando o racismo utilizando os materiais disponíveis pelo Ministério da Educação, e as Leis Brasileiras que tratam o racismo étnico-racial como crime, tornando ainda mais importante o debate desde cedo ainda na formação básica, a fim de erradicar algumas práticas racistas que estão presentes na sociedade de forma velada ou até mesmo

explícita presentes em alguns ditados populares, ou ainda nas brincadeiras presentes no universo escolar.

2. O NEGRO NA CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO BRASILEIRO

O Brasil de acordo com os registros históricos foi o principal destinatário do comércio internacional de escravos africanos entre os séculos XVI e o XIX, e foi o último país das Américas a abolir o regime escravocrata, em 1888. Estima-se que cerca de 4,2 milhões de homens e mulheres chegaram ao Brasil, sendo retirados de suas terras de forma violenta, e muitas vezes eram comercializados ainda no continente Africano.

Somos um povo de origem variada, descendemos dos habitantes mais antigos desse território que foi denominado de Brasil, e os índios (nome dado pelos primeiros exploradores das terras brasileiras, que acreditavam ter chegado a Índia). Somos fruto da mistura de europeus e dos negros escravizados que foram arrancados de suas terras e trazidos para o Brasil, lugar onde serviriam de mão de obra escrava e barata para o desenvolvimento da então colônia.

Encontramos uma série de acontecimentos considerados fundadores de nossa nação. Eles recontam nossa “fábula” reforçando nosso passado comum. A contribuição dos diferentes elementos é apresentada para justificar a composição e a participação do povo na construção da nação. Grande parte das publicações apresenta os índios como população nativa, os portugueses como descobridores, os negros como povos escravizados e a chegada dos imigrantes como marco de mudança nas relações de população. O Brasil é apresentado como possuidor de um território com fronteiras demarcadas, com um povo e um governo. Nestas descrições as contradições internas são minimizadas.(REZENDE; SILVEIRA; SISS, 1999, p. 33).

Nesse caso, o Brasil foi contemplado com diversas contribuições de diferentes grupos étnicos na construção da identidade do povo brasileiro, com diversos povos, diferentes formas de pensar o espaço e a história, crenças e

histórias formaram o povo brasileiro como conhecemos hoje: um povo miscigenado. Na construção da história do Brasil os livros didáticos trazem sempre as imagens bem definidas: os índios como sendo o povo nativo das “novas terras”, os portugueses como sendo o descobridor e explorador da terra descoberta, o negro escravizado que chegava ao Brasil para trabalhar, em princípio nas lavouras de cana de açúcar e posteriormente nas lavouras de café, e por fim os imigrantes europeus que chegam ao Brasil fugindo da fome e desemprego na Europa para substituir os escravos nas fazendas de café após a Lei Áurea ser assinada em 13 de maio de 1888.

Sendo assim, as marcas de preconceito e racismo podem ser enxergadas como herança no cotidiano e em especial do cotidiano do ambiente escolar, implícita muitas vezes em letras de músicas veiculadas na mídia, e também na literatura infantil. Daí, percebemos o despreparo do sistema de ensino brasileiro como um todo, pois milhares de crianças e adolescentes não se vêem representados nas literaturas trabalhadas no ambiente escolar, muito menos fora dele.

Diante da realidade exposta, o artigo pretende trazer dados e situações sobre o racismo no ambiente escolar, bem como refletir sobre como podemos de alguma forma superar essa prática velada ou revelada, e contribuir de alguma forma com apontamentos que possam acrescentar na prática docente ações de combate ao preconceito racial.

3. O QUE É RACISMO E PRECONCEITO?

A palavra racismo, de acordo com o Dicionário Aurélio, é o “sistema que afirma a superioridade de um grupo racial sobre os outros, preconizando, particularmente, a separação destes dentro de um país (segregação racial) ou mesmo visando o extermínio de uma minoria”.

Já o preconceito, ainda segundo o dicionário de Língua Portuguesa Aurélio, é a “ideia ou conceito formado antecipadamente e sem fundamento sério ou imparcial.” Então, quem pratica qualquer tipo de racismo se considera superior. Sabemos que no Brasil a história valorizou e valoriza cultura do

européu, tornando lamentável que em pleno século vinte nosso país ainda invista em uma construção cultural tão vazia de identidade.

Preconceito é um conceito antecipado, formado antes de se ter conhecimentos necessários, segundo Rocha Ruth 2005. Mas, como podemos pensar a antecipação de conceito? Como alunos que chegam à rede básica de ensino tem esse conceito antecipado de superioridade? As respostas para esses questionamentos são facilmente encontradas ao observarmos as mídias de grande circulação ou os clássicos mais lidos entre as crianças e professores onde quase sempre se tem a imagem da mocinha branca que é salva por um príncipe branco. Dessa forma, é preconcebido que ser branco é melhor que ser negro, visto que a representatividade social no cotidiano, na literatura e nos brinquedos, reforçam esta suposta supremacia.

Continuo achando que racismo e discriminação racial, no passado e no presente, constituem a explicação mais sólida para as desigualdades raciais. A disparidade de renda entre brancos e não-brancos é talvez o aspecto mais gritante das desigualdades. Mas, insisto, pretos e pardos estão expostos a desvantagens em todas as etapas do ciclo de vida. (Hasenbalg apud Guimarães, 2006, p. 263).

O racismo e o preconceito racial são fatos na nossa sociedade. Ao ser questionado sobre se havia sofrido esse tipo de preconceito, um músico bastante conhecido entrevistado nessa pesquisa dá sua resposta marcada de dor em seu discurso. O músico relatou que na vida adulta se surpreendeu em relação a comentários de pessoas que se diziam amigas, e muitas vezes, de pessoas bem próximas “- ele é muito legal, toca bem, mas você já viu a cor da pele dele?”. Esse comentário surpreendeu por ter acontecido recentemente. Então, questionei novamente, mas dessa vez, fui um pouco mais a fundo: perguntei se ele havia sofrido preconceito na escola, e se ele se lembrava de algum episódio marcante durante sua infância ou adolescência. O rapaz respondeu que “na escola desde muito pequeno, percebia os olhares diferentes, vindos especialmente da professora. “Eu era tratado de forma diferente, sendo sempre o último a ser chamado pra alguma brincadeira, ou até mesmo para uma tarefa em sala de aula”, disse o entrevistado. O rapaz falou ainda que quando cometia algum erro, além do olhar de reprovação vindo da

maioria dos seus professores, ouvia: - “Só podia”. E aí lhe veio à pergunta: “por que minha cor está tão ligada a algo tão negativo?”.

Este relato foi fruto de visitas na escola, oriundas de trabalhos acadêmicos. Na oportunidade, conheci o trabalho do músico junto à escola. Ao acompanhar a turma que me realizei a observação que foi proposta por um componente curricular durante a minha graduação, tive a oportunidade de conversar com ele sobre o a temática, o que constatou o quanto o racismo está presente no cotidiano do ambiente escolar, e o quanto uma criança sofre esse tipo de preconceito de forma silenciosa. Mas como devermos agir? Em que aparato teórico?

[...] uma imagem de negro (“preto”) como um ser que “vale menos”, que tem “direito” a “menos”, que “é menos” do que aquele que não o é. Uma imagem que permeia a relação entre os alunos e que configura formas de relação entre “não-pretos” e “pretos” em que, muitas vezes, os primeiros se colocam incondicionalmente acima dos segundos e fazem de tudo para marcar esta “diferença que desvaloriza” (OLIVEIRA, 2007, p. 61).

Na escola, o que acontece é que muitos alunos fazem chacotas com outros colegas de sala, muitas vezes de cor preta. São piadas e comentários de muito mau gosto, de caráter excludente, sem informações precisas ou muitas vezes, sem informações nenhuma. Isso, se não repreendido e esclarecido, só gera a disseminação dessas atitudes em sala de aula. É preciso que os professores estejam bem preparados para enfrentar essas situações nas escolas.

Atualmente existem leis que garantem ao negro todos os direitos e deveres de qualquer cidadão. O problema não está nas leis, e sim nas aplicações das mesmas, pois observamos, sim, só observamos o preconceito sendo praticado todos os dias diante dos nossos olhos, mas não conseguimos mensurar os resultados das aplicações dessas leis, principalmente no ambiente escolar.

4. OS NEGROS E AS LEIS NO BRASIL

No Brasil as leis que falam que é crime excluir e discriminar qualquer afro descendente (lei 9.459, de 13 de maio de 1997 e a lei 7.716, de 5 de janeiro de 1989). Porém, podemos constatar ao longo da construção desse trabalho e pelos dados já relatados j, que o que de fato acontece no Brasil é o descumprimento dessas leis. O racismo continua a se manifestar através de chacotas, piadas e ditos populares, tornando clara a discriminação racial em todos os lugares, principalmente nas escolas, e é nessa mesma escola que as crianças negras sofrem com os primeiros olhares e brincadeiras que terão fortes consequências na formação de sua identidade e autoestima..

Segundo Ciconello, 2008, “o Estado brasileiro tem uma responsabilidade histórica na construção e manutenção das enormes desigualdades raciais existentes no país atualmente, como por exemplo, o caso da atriz Thaís Araújo, que recentemente foi alvo de comentários racistas nas redes sociais. O Estado brasileiro é citado por legitimar o regime da escravidão, ressaltando que neste período (descoberta e início da colonização) o Brasil era colônia de Portugal, que implantou, legitimou, e tornou para a metrópole uma fonte de renda para os portugueses o tráfico de escravos africanos com o objetivo de servi de mão de obra nas lavouras de café sobre o domínio dos senhores brancos, os escravos africanos eram brutalmente explorados e quando foram “libertos” do cativeiro os mesmo foram abandonados a própria sorte, estabelecendo após a libertação dos escravos africanos a política que ficou conhecida como política de branqueamento da população, com incentivo a imigração de origem européia, essa política foi implementada justificada baseada na *suposta* superioridade da “raça” branca, incentivada pelo racismo científico da época.

Vimos ao longo da construção do presente trabalho que os negros foram trazidos para o Brasil forçados, e com o objetivo único de ser de mão de obra escrava, ao longo de décadas. O povo negro sofreu a forte repressão social, chegando inclusive a questionar a humanidade das pessoas negras. Vimos também que as raízes do preconceito racial estão entranhadas nos

costumes e valores da sociedade brasileira, apesar dessa mesma sociedade ser fruto de uma mistura de raças e etnias diferentes.

Agora pretendo expor algumas iniciativas e lei que pretendem combater o racismo e promover um maior conhecimento sobre a história dos africanos e afrodescendentes e de suas contribuições para a formação da identidade brasileira. Em seguida, as leis que visam assegurar os direitos dos negros no Brasil atualmente.

Temos a Lei de nº 10.639, de 9 de janeiro de 2013, estabelecendo que:

Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B: "Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. § 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. § 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

Essa lei deu origem a resolução do CNE – Conselho Nacional de Educação 001/2004. Seu objetivo é a inserção de conteúdos programáticos de forma obrigatória nos estabelecimentos de ensino oficiais e particulares, bem como o ensino sobre a História e Cultura Africana e Afro-brasileira, que ressalta a importância de conhecer a cultura africana e conhecer mais sobre nós mesmos, população brasileira, de sangue negro, inclusive. Valores africanos ainda estão bastantes presentes no nosso cotidiano, e o estudo da cultura afro aborda isso também. Com a implementação dessa lei, podemos pensar as diretrizes curriculares a partir de duas dimensões: A política educacional e a curricular, que deixa evidente a importância de nacionalização dos ambientes, com medidas que envolvam toda comunidade escolar.

A lei 10.639 traz em sua essência a obrigatoriedade do ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira, incluindo no estudo de História a História da África e dos Africanos, bem como a luta dos negros no Brasil, sua cultura e a

contribuição desse povo na construção da sociedade brasileira. Na íntegra a lei diz em seus artigos que:

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

Trata-se de uma lei inovadora que coloca como obrigatório para as instituições de ensino que esses conteúdos citados acima sejam ministrados, mas faço aqui uma reflexão: como estão sendo ministrados esses conteúdos? Nesse caso, é importante que se faça uma avaliação curricular e uma análise para saber se de fato a temática está contemplada. É preciso ainda ter sensibilidade para aplicação dos conteúdos no ambiente escolar de forma a ensinar aos nossos alunos que não existe raça superior a outra, e que na verdade sempre houve a necessidade de justificar práticas injustificáveis, tais como exploração e escravidão. Isso é tão verdade, que na avaliação do Programa A cor da Cultura, traz que com a aplicação da Lei 10.639/2003 foi apontada a necessidade da formação de docentes e gestores aptos a lidar com a temática no ambiente escolar.

Alguns dentre nós não receberam na sua educação e formação de cidadãos, de professores e educadores o necessário preparo para lidar com o desafio que a problemática da convivência com a diversidade e as manifestações de discriminação dela resultadas colocam quotidianamente na nossa vida profissional. (Munanga, 2015, p.15).

O processo de formação cidadã do indivíduo pode e deve ser iniciado dentro de casa, e isso não tira e nem acrescenta sobre a responsabilidade que a escola pode e deve oferecer nos primeiros anos da educação básica. Hoje, segundo os dados do IBGE, quase metade da população brasileira é formada por pretos e pardos, e na maioria dos lares brasileiros a temática do racismo ou

preconceito não é conversada entre pais e filhos, muito pelo contrário! Pessoas afirmam não ter preconceito ou serem racistas, mas não é isso que registros de ocorrências mostram todos os dias. Temos uma contradição nesse ponto: Se as pessoas não são racistas, por que as pesquisas e enquetes nos mostram números elevados de casos de agressões verbal e corporais todos os dias aqui pode-se trazer algum tema polêmico de racismo nas redes sociais. Ex: o caso da Thais Araujo ou da Miss Negra!. E o pior, não param de crescer. Todos os dias, crianças, jovens, adultos e idosos negros sofrem com ações excludentes, seja no ambiente escolar ou não.

Nesse caso, consigo enxergar dois ou três pontos: a fragilidade da elaboração e aplicação das leis que amparam essas pessoas, e a deficiência na formação docente, bem como o despreparo das intuições de ensino e da produção de materiais educacionais que orientem professores e alunos.

Na formação docente, por exemplo, recebemos poucas ou muitas vezes nenhuma orientação de como lidar com o racismo em sala de aula, como poderíamos nos posicionar, e o mais importante: como agir quando os nossos alunos passarem ou tiverem alguma postura racista. Sei que a prática muito agrega nesse sentido, mas a orientação inicial ou contato com o tema no ambiente acadêmico é crucial. A deficiência nas licenciaturas retrata o despreparo hoje de professores que estão atuando no mercado de trabalho, e que contribui de forma direta para o retrato da sociedade brasileira hoje.

É importante que as instituições de ensino e os docentes reflitam sobre os benefícios que os alunos vão ter ao receberem orientações de forma clara sobre o assunto, e intervenções corretas quando necessário. A reação causa/efeito nesse caso não será imediata, mas com certeza um dia o retorno chegará a nossa sociedade. Mas, que sujeito queremos para essa sociedade? As escolas estão preparadas para executarem de fato as modificações no currículo proposta na lei? Não adianta receber o material do Projeto *A cor da Cultura*, se a comunidade escolar não refletir sobre essas questões.

5. RACISMO NO AMBIENTE ESCOLAR

É fato já exposto que o racismo persiste no ambiente escolar, mas para Hasenbalg e Silva (1990):

Embora uma melhor condição socioeconômica reduza a proporção de crianças que não têm acesso à escola, independentemente de sua cor, ainda persiste uma diferença clara nos níveis gerais de acesso entre crianças brancas e não-brancas, mesmo nos níveis mais elevados de renda familiar per capita” (Hasenbalg e Silva, 1990, p.88).

Essa afirmação dos autores é provada pelo censo escolar ao observamos a quantidade de crianças pretas e pardas e brancas que tem acesso a educação básica como podemos observar a seguir.

Tabela 1:

Proporção de Alunos Negros nas diferentes Regiões do Brasil, segundo o Nível de Ensino – 2007 e 2009.

Região	Ano	Creche	Pré-Escola	Anos iniciais do fundamental	Anos finais do fundamental	Ensino Médio
Norte	2007	47,5%	38,5%	20%	17,8%	16,8%
	2009	54,9%	57,6%	38,3%	30%	32%
Nordeste	2007	44,9%	30,9%	23,5%	20,3%	19,7%
	2009	54,5%	55%	37,1%	30,4%	30,4%
Centro-Oeste	2007	26,1%	27,5%	14,9%	12,9%	12%
	2009	34,3%	35,1%	28,5%	23,6%	25%
Sudeste	2007	26,4%	26,6%	22,2%	20%	15,1%
	2009	28,3%	30,8%	28,2%	24,1%	20,1%
Sul	2007	9,6%	9,2%	10%	9,6%	8,4%
	2009	10,6%	9,8%	11,1%	9,9%	9,6%

Fonte: Censo Escolar 2007 e 2009.

Analisando a tabela apresentada acima, é notório que a quantidade de negros é inferior aos brancos e quanto maior o nível escolar, menor a quantidade de alunos negros matriculados. Outro ponto importante a se pensar é o porquê da não permanência desses alunos nas escolas da rede pública de ensino espalhadas pelo país, constatado nos Censos Escolares de 2007 e 2009 onde há um aumento significativo na quantidade de negros em todos os níveis de ensino, mas que esse aumento ainda é insignificante frente a quantidade de alunos brancos.

Sobre os dados do censo escolar “o elevado índice de alunos com cor/raça ‘não-declarados’ camufla a persistência do racismo no Brasil, através da ideologia do branqueamento e do mito da democracia racial, na medida em que a auto-declaração racial interfere no processo de mobilidade social dos sujeitos, em uma categoria que associa padrões de superioridade e desenvolvimento à tonalidade branca. (Bonilha e Soligo, 2015).

A ideia de superioridade de uma raça em relação a outra é sustentada, e o preconceito racial aprendido ainda no seio na família, torna-se forte em nossa sociedade chegando a causar o fracasso escolar e a evasão, mesmo tendo leis que amparam pessoas negras de toda e qualquer intolerância racial como é o caso da Lei nº12.288 de junho de 2010, que institui o Estatuto da Igualdade Racial que garante a população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais e coletivos e difusos e principalmente o combate à discriminação étnico racial, porém o fato percebido ao longo da construção desse trabalho é que de fato as leis não são efetivamente respeitadas, isso serve em vários seguimentos da sociedade brasileira. Então onde está o erro? Temos uma população que reconhece que há preconceito, mas que não se vê praticando-o, e quando se pratica não se vê a punição.

5.1. O MATERIAL DIDÁTICO

É necessário que o aluno se veja representado no material que é utilizado em sala de aula, e cabe a equipe pedagógica da instituição e ao professor terem uma atenção especial com a seleção do material que será utilizado nas atividades propostas em sala de aula para que os alunos se sintam representados na construção do saber, da creche ao ensino médio.

É tarefa de todo professor e da equipe da escola estarem atentos, operando críticas sobre materiais didáticos, dando atenção ao modo como é tratada a noção da diversidade, que deve fazer sempre uma base de respeito as qualidades de cada ser humano. Tal crítica deve incluir decididamente o repúdio a materiais que tragam erros, preconceitos, difusão de atitudes discriminatórias, assim como a discussão de materiais que sejam, eventualmente, trazidos pela criança para a situação de sala de aula, e contenham incorreções (BRASIL, 2000, p. 99).

Sendo assim, reforço a importância do papel que a equipe escolar tem na seleção do material utilizado, para que não seja levado adiante a cultura racista em sala de aula, e ao identificar que os materiais não são adequados, não fazer uso do mesmo ou utilizar de uma forma reflexiva, levando os alunos a perceber o que esta implícito ou explícito no material, provocando um debate sobre o tema de forma clara e esclarecedora, para que o racismo não seja encarado como um tabu, ou continue a se propagar no âmbito escolar de forma velada e silenciosa.

A exclusão educacional dos afro descendentes não é um dado apenas do passado escravista, mas dos dias atuais, tendo mudado somente as formas e os meios. Ontem a educação era formalmente negada à população afro descendente escravizada. Hoje a educação é informalmente negada à população negra, descendente dos escravizados, quando o sistema educacional proporciona escolas totalmente desequipadas, escolas insuficientes, professores não preparados, currículos inadequados, material didático impróprio, conteúdos racistas, concepção de educação eurocêntrica/elitista, concepção da cultura brasileira errada. A população descendente de escravizados continua não tendo acesso à educação escolar, agora não por lei, mas pelo não-cumprimento das leis e pelas exclusões e racismos das práticas educacionais. (Lima, Romão e Silveira 1999, p.31-32).

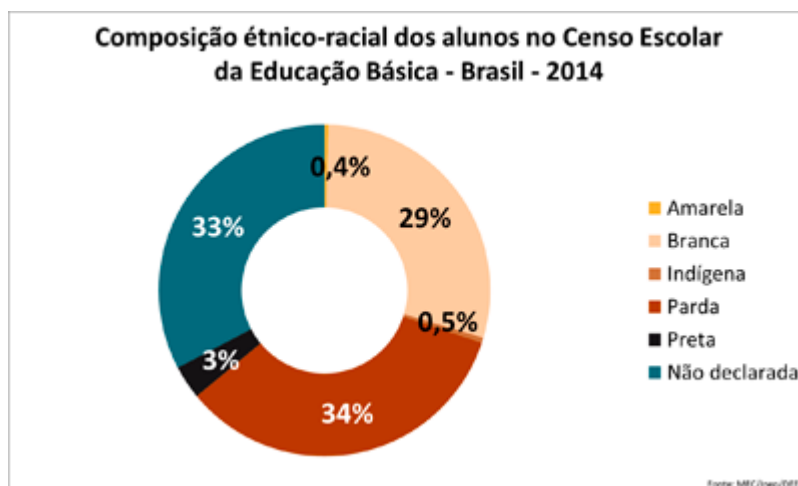
De acordo com os autores acima citados, podemos ver que a exclusão educacional dos afro descendentes não está restrita apenas ao passado, na época do Brasil colônia que o negro não tinha direito. Quando os mesmos foram libertos, continuaram sem direito a Educação, e só aos poucos, por meio de leis que asseguram que a educação é um direito de todos, em especial a Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996, que em um de seus parágrafos diz que “a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola deve ser assegurada pelo Estado e seus representantes” (FONTE). Essa permanência e igualdade não vem sendo respeitada e isso é mais uma vez comprovada pelas pesquisas e dados já mostrados sobre a quantidade e a permanência dos afro descendentes no ambiente escolar.

O racismo é um dos principais fatores estruturantes das injustiças sociais que acometem a sociedade brasileira e, conseqüentemente, é a chave para entender as desigualdades sociais que ainda envergonham o país. Metade da população brasileira é negra e a maior parte dela é pobre. As inaceitáveis distâncias que ainda separam negros de brancos, em pleno século XXI, se expressam no microcosmo das relações interpessoais diárias e se refletem nos acessos desiguais a bens e serviços, ao mercado de trabalho, ao ensino superior bem como ao gozo de direitos civis, sociais e econômicos. Há também outras causas das persistentes desigualdades raciais, como o passado de exclusão e invisibilidade da população negra, sua condição de pobreza e, sobretudo, a negação de seus direitos após a abolição da escravidão no Brasil, em 1888. (Ciconello, 2008).

Dessa forma, segundo autor acima citado essas constatações são reafirmadas por meio de dados e estáticas coletadas pelos mais diversos institutos de pesquisa, como exemplo, o Censo Escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), órgão federal vinculado ao Ministério da Educação, e que segundo dados do Censo existe uma grande número de desigualdade entre os alunos negros e brancos matriculados na rede básica de ensino, se repetindo no índice de evasão entre os alunos pretos ou pardos, conforme a fonte apresentada do censo.

Segundo dados do INEP sobre o censo escolar de 2014, as taxas de analfabetismo entre negros (11,5%), considerando-os a parcela de pardos e pretos, permanece o dobro da taxa entre brancos (5,2%). Além disso, quando comparamos a média de anos de estudo de instrução formal entre os

segmentos populacionais, a partir de dados desagregados por cor/raça, também é possível observar uma diferença significativa. Para a população que se declara branca, esta média é de 8,8 anos. No caso da população negra, é de 7,2 anos. Esses dados são facilmente comprovados quando compráramos a quantidade de negros que ingressam no ensino superior.



Ao analisarmos o gráfico do INEP, observamos que apesar dos avanços recentes, como leis e campanhas de conscientização, a população negra enfrenta dificuldades no acesso e na permanência nos mais variados espaços educacionais. Essa desigualdade é comprovada por meio da interpretação dos gráficos e dados étnicos fornecidos pelo INEP, que servem como indicadores que permitem que políticas voltadas à eliminação de desigualdades históricas entre grupos populacionais possam ser elaboradas, implementadas, monitoradas e avaliadas.

Outro dado relevante é a quantidade de alunos negros matriculados nas escolas privadas segundo a Folha de S.Paulo, 2006, “Um terço dos alunos matriculados no ensino fundamental e médio de escolas particulares que declararam a etnia se considera negro”. Já nas escolas públicas, esse índice ultrapassa a metade, chegando a 56,4% dos estudantes.

Segundo o Censo Escolar de 2014, “o panorama apresentado demonstra como as populações negra e indígena, apesar dos avanços recentes, ainda enfrentam dificuldades em acessar e permanecer nos diversos espaços educacionais.” A desigualdade observada nos indicadores

educacionais só evidência inclusão da cor/raça garante maior detalhamento na análise do perfil educacional dos brasileiros. Isso permite que políticas voltadas à eliminação de desigualdades históricas entre grupos populacionais sociais, culturais, etc possam ser elaboradas, implementadas, monitoradas e avaliadas. Para isso, é necessário as políticas públicas de fato incluam e permitam a permanência desses alunos em sala de aula.

6. ANALISANDO O MATERIAL A COR DA CULTURA

A Cor da Cultura é um projeto educativo que visa valorizar da cultura afro-brasileira, e é fruto de parcerias entre o CIDAN – Centro de Informação e Documentação do Artista Negro, a SEPPIR – Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Canal Futura, TV Globo, TV Educativa e a Petrobras. O objetivo principal é a valorização e aplicação de iniciativas de inclusão, que deem visibilidade a ações já promovidas pontualmente pela sociedade, desenvolver materiais que se encaixam na categoria audiovisual sobre história e a cultura afro-brasileira, e incentivar a criação de práticas pedagógicas inclusivas, oferecendo aos docentes um material consistente para utilizar de subsídio em sala de aula.

Programa foi desenvolvido para que os professores da rede de ensino brasileira tenham subsídios para trabalhar o patrimônio histórico-cultural afro – brasileiro e africano em sala de aula, de forma lúdica, consistente, e baseada em valores civilizatórios, sendo eles: **religiosidade** – respeito à vida e doação ao próximo, **corporeidade** – o corpo registra nele próprio a memória de várias maneiras, seja através da dança e as brincadeiras, **musicalidade** – dimensão do corpo que dança e vibra em resposta aos sons, **memória** – cultivar a valorização do patrimônio africano que habita em nós, **cooperativismo** – pensar no coletivo, **circularidade** – a vida é cíclica, **ludicidade** – transmitir de forma lúdica e criativa as conquistas da sociedade em diversos campos do conhecimento, **oralidade** – força comunicativa e que tem um valor potencial na sociedade, **energia vital** - acreditar na força do presente, e **ancestralidade** – ponte principal entre a história e a memória. Segundo o material de avaliação

o Projeto diz que ele “prevê uma série de ações culturais e educativas com foco na produção e veiculação de programas sobre o histórico de contribuição da população negra à sociedade brasileira.”

Com esse material sendo veiculado nas escolas da rede de ensino do Brasil, estimasse que a temática favoreça a compreensão sobre a verdadeira história do nosso povo, e assim, contribuir para os objetivos já previstos na Lei 10.639 de 2003, até que a diversidade étnica racial tome uma proporção construtiva do currículo escolar.

7. RESULTADOS

Segundo o material de avaliação elaborado pelo projeto, houve marcos importantes para a construção de mudanças: as secretarias de BA e RS definiram políticas ou novos projetos a partir do Projeto A Cor da Cultura, segundo 54,3% dos gestores. Duas outras mudanças importantes a ser citadas após a implementação do Programa é que (79%) dos alunos atendidos nesses estados e (85,3%) professores estão sensíveis quanto à necessidade da eliminação de práticas discriminatórias no ambiente escolar, e grande parte dos professores dessas escolas priorizam hoje a discussão da temática, sendo que (75,6%) deles tem facilidade para trabalhar conteúdos de suas disciplinas. Um último dado a ser citado, e talvez o mais importante, foi o aumento da sensibilidade de professores e alunos contra práticas discriminatórias, e esse em minha opinião, é o maior ganho, pois houve a transformação no ambiente escolar.

Por outro lado, temos o baixo investimento financeiro das Secretarias, que de forma lamentável, contribuem e limita a atuação do projeto.

8. O RACISMO E O SEU EFEITO NA SOCIEDADE

Para além da discussão da Base Nacional Comum, outro elemento que não podemos deixar de tocar são os efeitos da escravidão e do racismo em nossa sociedade.

O presente histórico como produto de seus próprios atores sociais é também, sem dúvida alguma, produto de ações, relações e ideias do passado. Seria inocência ou má fé afirmarmos que em um país que por mais de trezentos anos teve a escravidão como principal forma de trabalho não carrega heranças dessa realidade passada.

Seria mais incoerente ainda negarmos que essa instituição histórica definiu lugares e possibilidades para os principais sujeitos dessa realidade passada. Definindo também realidades para seus descendentes, atualmente.

Mesmo com o fim da escravidão, a exclusão social permaneceu nos últimos tempos de império e se estendeu ao regime republicano. Além de terem pouco acesso a oportunidades de trabalho, muito pela discriminação, baseada no racismo que legitimara a escravidão, os negros também tinham a Educação como uma possibilidade restrita e não é necessário dizer que ainda na república, muitos espaços não podiam ser frequentados por pessoas negras.

Não é de nosso interesse, assim também como não é pertinente, afirmarmos uma postura vitimista dos negros em sua própria história nacional. Nas várias fases que sucedem a história do Brasil, os negros resistiram e se posicionaram de diferentes maneiras às condições históricas. Revoltando-se na colônia e no império, organizando grêmios, associações e jornais nos primeiros tempos da república e, mais recentemente, definindo seus próprios espaços sociais em movimentos indenitários na democracia. Sem falar outras formas de resistência: a capoeira, a religião, a música e a dança, por exemplo.

A escola apresenta-se hoje, assim como no passado, como mais um espaço em que se expressam elementos mais profundos de nossa própria sociedade, como o racismo. Esses elementos, constituídos originalmente no

passado, e que nos contatos das gerações são transmitidos às gerações mais recentes, expressam continuidades e mudanças em vários espaços, como no trabalho e nas próprias expressões artísticas, por exemplo. O racismo hoje é diferente do racismo do passado, mas isso não quer dizer que ele não mais exista.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola apresenta-se hoje, assim como no passado, como mais um espaço em que se expressam elementos mais profundos de nossa própria sociedade, como o racismo. Esses elementos, constituídos originalmente no passado, e que nos contatos das gerações são transmitidos às gerações mais recentes, expressam continuidades e mudanças em vários espaços, como no trabalho e nas próprias expressões artísticas, por exemplo. O racismo hoje é diferente do racismo do passado, mas isso não quer dizer que ele não mais exista.

Por isso é importante combater todo e qualquer forma de preconceito dentro e fora do ambiente escolar, e trabalhar de forma a construir uma sociedade mais igualitária. Para isso, devemos não só contar, mas cobrar como cidadãos de uma sociedade civil e democrática, contando para isso com o respaldo das leis e dos programas educativos, bem como a valorização e preservação do patrimônio cultural afro-brasileiro.

10. REFERÊNCIAS

Brasil. (2008). Ministério da Educação e Desporto. *Sinopse Estatística: Educação Básica: Censo Escolar – 2007*, Brasília.

Brasil. (2010). Ministério da Educação e Desporto. *Sinopse Estatística: Educação Básica: Censo Escolar – 2009*, Brasília.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais da educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília: MEC, 2004. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/10/DCN-s-Educacao-das-Relacoes-Etnico-Raciais.pdf>>. Acesso em: 06 de setembro de 2014.

CICONELLO, Alexandre. O desafio de eliminar o racismo no Brasil: a novainstitucionalidade no combate à desigualdade racial. *From Poverty to Power - www.fp2p.org*, 2008.

HASENBALG, C. A., e Silva, N. V. (1990). Raça e oportunidades educacionais. *Estudos Afro-Asiáticos*, 18, 73-89.

http://sitio.educacenso.inep.gov.br/educacenso/cor_raca acessado em 09/10/2016 as 19:12

http://www.acordacultura.org.br/sites/default/files/documentos/Avaliacao_do_programa_A_Cor_da_Cultura.pdf <acesso em: 28 de novembro de 2016>.

MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o Racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

OLIVERA, Ivone Martins de. **Preconceito e Autoconceito: Identidade e Interação na sala de aula**. São Paulo: Papyrus, 2007.

REZENDE, Maria Alice; SILVEIRA, Cláudio Carvalho; SISS, Ahyas. **Educação e cultura: pensando em cidadania**. Rio de Janeiro: Quartet, 1999.

Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** pluralidade cultural e orientação sexual. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

UNESCO. *Declaração Mundial sobre Educação para Todos: Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem, Jomtien, 1990*. Brasília: UNESCO, 1990. Disponível em: <http://unesdoc>.

UNESCO. *Educação na América Latina: análise de perspectivas*. Brasília: UNESCO, OREALC, 2002. Disponível em: <http://www.brasilia.unesco.org/publicacoes/livros/educamericalatina>.